

*Fundamentos filosóficos da moral*¹

José Luiz Sigris²

Na história da Filosofia do Ocidente podemos encontrar inúmeras fundamentações filosóficas da Moral. Três, entretanto, alcançaram hegemonia, de modo a se instituírem como norma primeira de comportamento. Esta hegemonia, não é preciso enfatizar, decorre de circunstâncias históricas de natureza material e espiritual diferenciadas que lhe servem de base e explicação. Ela se inscreve no interior de diversas Cosmovisões ou determinadas concepções de Homem, de Natureza, de Sociedade e de História.

Toda Filosofia Moral supõe uma ontologia, ou, uma determinada forma de explicar a realidade e uma espiemologia, ou um ponto a partir do qual esta explicação se dá.

Isto posto, podemos determinar e caracterizar o tríplice fundamento da moral na tradição da nossa cultura:

1. Fundamento Metafísico da Moral

Para esta concepção, o Mundo é um cosmos, um todo ordenado, uma magnífica ordenação de essências, hierarquicamente articuladas, segundo o princípio da analogia e participação. Nesse todo, os seres se dispõem segundo maior ou menor perfeição. Daí as várias instâncias do real: reino mineral, reino vegetal, reino animal, reino humano e mundo das idéias, formas ou essências. Quanto mais alto o lugar em que um determinado ser (ente) se localiza mais perfeito ele é, na medida em que incorpora as perfeições dos seres inferiores, acrescentando algo que o especifica.

No ápice deste sistema se encontra, ou algo postulado pela Razão ou pela Teologia. Para Platão, é o "Bem"; para Aristóteles, o "Primeiro Motor Imóvel", a "Primeira Causa Incausada". Para Agostinho e a cristandade Medieval, "Deus", Ele mesmo, o sumo Bem, O primeiro Motor Imóvel, a Primeira Causa Incausada.

Esta construção teórica resulta do esforço da Filosofia

para responder à questão socrática: "O que torna o Homem Bom e Justo?" A resposta de toda a tradição metafísica é a mesma: O que torna o homem bom e justo é a posse e adesão à "Verdade". Mas onde está a Verdade? Como chegar a Ela? Estaria ela no Mundo Sensível, lugar da multiplicidade, do movimento, da singularidade, do vir-a-ser? Existiria, para além do mundo sensível, uma outra realidade, apenas inteligível, lugar da unidade, do imutável, da universalidade, do "ser"? Sócrates já houvera dito que a verdade se encontra no conceito universal.

Na trilha dessa afirmação Platão passa a distinguir duas instâncias da realidade: o Mundo Sensível e o Mundo da Idéias. O Primeiro é aquele percebido pelos nossos sentidos. O segundo, aquele cujo acesso é reservado ao Intelecto. Mas não são dois mundos separados entre si. Antes, guardam entre si um íntima relação de transcendência. Presentes nos seres sensíveis, neles não se esgotam, mas transcendem. Elas servem de arquétipo, paradigma, modelo para os seres sensíveis. Estes são uma realização imperfeita das idéias, uma cópia, uma imagem, uma pálida representação. Aqui, a pluralidade, a individualidade, o movimento. Nas idéias, a unidade, a universalidade, o imutável.

Mas existe ainda uma outra relação entre estes dois mundos. As idéias, as essências são o fim para o qual tendem todos os indivíduos do mundo sensível. Realizar, na plenitude máxima possível, as perfeições contidas nas idéias, eis o fim último das coisas sensíveis.

A teoria Aristotélica da Essência e Existência, da Potência e Ato, auxiliam a nossa compreensão. O mundo sensível é o lugar onde os indivíduos realizam ou atualizam sua Existência, a Essência é a Capacidade ou Potencialidade de Perfeição. A Existência é a realização ou atualização dessa perfeição. Exemplo: No mundo sensível, encontramos indivíduos: Pedro, Paulo, José e João. No mundo das Idéias, a Essência Humana. Qual o sentido da existência desses indivíduos? Realizar, em sua vida temporal, as perfeições contidas na Essência Humana. Ser o mais humano possível. Eis o Humanismo da Filosofia Grega.

(1) Palestra proferida na Faculdade de Ciências Médicas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em dezembro de 1993. Neste resumo, a preocupação didática se sobrepõe a certas exigências de rigor acadêmico.

(2) Doutor em Filosofia, Professor do Departamento de Filosofia e História em Educação da UNICAMP.

No mundo das Idéias ou das Essências reside a plenitude da Verdade e do Bem. Em direção a esse mundo, os indivíduos devem orientar a sua Existência.

Com isto está posto o fundamento último da Moral. Se esta se define como o conjunto de normas, que, uma vez respeitadas, tornam o homem bom, o fundamento último do ato moral é a procura e a posse do Bem. Mas este Bem, assim posto, é por demais abstrato, transcendente, indeterminado. Em nossa existência cotidiana nos afrontamos com “bens” concretos e determinados, cuja posse nos torna felizes. Estes bens particulares são forma de participação do “Bem em Si” e para ele estão ordenados por constituir-se a sua causa e fundamento.

Para avançar na compreensão da natureza e fim do ato moral é preciso recorrer à Antropologia Filosófica que decorre desta concepção metafísica da realidade.

O homem, na hierarquia dos seres, ocupa um lugar determinado que importa ser respeitada. Está a Ele vedado querer transcender a sua própria condição. O mito de Prometeu, bem como o do Paraíso Terrestre de Adão e Eva já nos ensinaram que não podemos ceder à tentação de ir “além do humano”. Foram duramente penalizados por terem violado este preceito.

Constituído de Corpo e Alma, o Homem participa tanto do Mundo Sensível quanto do Mundo Inteligível. É preciso compreender como estes dois princípios se articulam.

Desde Platão até a Suma Teológica de São Tomás de Aquino, entende-se o Homem como dotado de uma tríplice faculdade: a faculdade intelectual, a faculdade volitiva e a faculdade sensitiva. Como faculdades ou potencialidades, é preciso saber o que é que as realizam ou atualizam. A resposta é uma: uma faculdade se realiza com a posse de “algo que lhe é próprio”, com algo que convém adequadamente à sua natureza. Ora, o que é “próprio” da Inteligência é a verdade; da Vontade, o bem; dos Sentidos, os “sensíveis próprios”. A Inteligência se realiza com a posse da verdade, a vontade, com a posse do que é bom e os sentidos com a posse dos objetos a eles correspondentes. Assim, a luz realiza a faculdade de ver, o som a faculdade de ouvir, etc... Mais ainda, o Corpo só se realiza pela satisfação dos seus apetites. Cada qual possui algo que lhe é próprio e cuja posse o satisfaz.

Estes são os elementos que estruturam a natureza ou essência humana. Mas, existe entre eles uma hierarquia, cujo respeito é condição para a unidade e ordem do todo humano. Nela reside a própria estrutura do ato moral. Como um microcosmos, o ato moral deve espelhar a hierarquia, unidade e ordem do macrocosmos. Com efeito, para esta filosofia, a estrutura do ato moral está na subordinação hierárquica da vontade à inteligência e dos sentidos e apetites à vontade, cujos correlatos objetivos são o verdadeiro, o bom e o agradável.

O que torna o homem bom é a vida regrada ou ordenada, segundo este esquema de prioridade. Já Platão houvera dito que a felicidade consiste em ordenar bem a própria alma. Santo Agostinho o confirma ao dizer que o pecado consiste na desordem instaurada pelo homem na ordem criada por

Deus.

2. A moral fundada na autonomia da Razão

No início da Idade Moderna, esta magnífica construção da metafísica greco-medieval é posta em questão, porquanto já não dá conta das novas realidades emergenciais no plano econômico, social, político e religioso. Um novo conceito de Natureza, de Homem e de História se afirmam. A Natureza deixa de ser um cosmo ordenado por Deus ou por algum princípio metafísico e passa a ser, simplesmente, “um dado imediato” que desafia o homem no sentido de que o conheça pela ciência e o transforme pela técnica. O Homem reconhece a sua força e poder e afirma a sua autonomia perante o transcendente. A História deixa de ser a realização do “Plano de Deus” e passa ser o resultado exclusivo dos projetos humanos.

A própria verdade ontológica, tida até então como algo objetivo, anterior e independente do homem, passa a ser um construto da razão humana que ordena os dados de experiência.

É a afirmação da subjetividade da consciência, como fundamento último da verdade e de toda representação da Natureza, do Homem, da Sociedade e da História. Esta subjetividade ganha determinações diferenciadas no interior da história da Filosofia. É o “Cogito” cartesiano, o “Eu transcendental” em Kant, o “Wolksgeist” em Hegel, a “Consciência da classe” “em Marx”, “a liberdade” na Filosofia da Existência.

No início desses novos tempos, a filosofia perdia prestígio diante do processo das ciências, tais como a matemática, a física, a astronomia, a biologia, etc... Era preciso resgatar a importância perdida. Perceberam os filósofos que o respeito adquirido pelas ciências da natureza resultada do vigor do método por elas adotado. Era preciso encontrar, para a filosofia, um método que, respeitado o seu objetivo, fosse de tal rigor e coerência que garantisse credibilidade às suas proposições. Daí por que o problema crítico ou epistemológico está no início das investigações de todos os filósofos deste período.

No campos da Moral, quem melhor explicitou a sistematizou o espírito dos novos tempos foi Kant, na sua obra “Crítica da Razão Prática”. Na sua obra anterior, “Crítica da Razão Pura” ele afirma ter demonstrado que o conhecimento só é possível e verdadeiro através de “juízos sintéticos a priori”, únicos a garantir a universalidade e necessidade de proposição científica. Com eles, a Razão ordena os dados da experiência a partir das formas “a priori” da sensibilidade e do entendimento.

No plano da Moral o que a experiência nos revela? Que os códigos de Ética variam no tempo e se diferenciam conforme as culturas dos povos. São, portanto, contingentes e particulares. Carecem de necessidades e universalidade. Portanto, estes códigos não são científicos. Pela mesma razão, nem pode, o comportamento moral, se fundar nos interesses e sentimentos dos indivíduos singulares.

Resta, portanto, procurar nesses diferentes códigos de ética e no comportamento singular das pessoas, o que há de

universal e necessário.

A resposta ele encontra no "Imperativo categórico: Tu deves", forma a priori da Razão Prática. De fato, em qualquer tempo e sem qualquer cultura, a normal moral, sempre e necessariamente, se apresenta como um imperativo (obrigação pura) categórico (não condicionado pelas circunstância ou sentimentos particulares).

O ato moralmente bom é aquele que é praticado sob a ótica do "dever", independentemente dos sentimentos ou interesses que o acompanham. É dever pelo dever. É uma moral fundamentalmente formal, que relega a um plano secundário o conteúdo subjetivo do ato moral.

3. Fundamento histórico - dialético da Moral

Até agora a Filosofia, na sua longa tradição, postulava o Princípio da Identidade como o fundamento última do ser e do pensar. Assim o Sujeito do conhecimento e do ato moral já se supunha como algo constituído, definido e acabado em sua Essência. O mesmo com relação ao Objeto.

Com Hegel e seus seguidores há uma radical mudança. O princípio último do Ser e do Pensar já não é mais a Identidade mas a Contradição. Neste sentido o Homem e o Mundo "ainda-não-são", mas estão "vindo-a-ser". Tudo é movimento constituinte da realidade. É a história dialeticamente concebida. Para Hegel, a História é um movimento pelo qual o Espírito se manifesta, se reconhece e se realiza, até a plena auto-consciência desse mesmo Espírito. Este Espírito Absoluto ganha objetividade no "Espírito da Época" (Weltgeist), que por sua vez recebe sua concretude do "Espírito do Povo" (Volksgeist). Nas obras produzidas pela cultura humana o Espírito se reconhece e se realiza. Ele está nas Ciências, no

Direito, na Religião e na Moral. O Homem, também, é um ser em processo. Através da sua existência ele vai constituindo a sua essência, que ainda não está pronta, nem definida. A sua liberdade consiste na sensibilidade e adesão ao Espírito do Tempo. Nisto reside a essência do ato moral. Como o Homem, também a Moral é histórica e, portanto, relativa a um determinado universo de cultura.

Para o marxismo, a Moral constituída no interior de uma determinada época, não passa de uma "ideologia", ou falsa consciência da realidade. Assim também a Religião e o Direito. Como ideologia, oculta a verdadeira realidade em função dos interesses das classes dominantes. Segundo Marx, não é a consciência nem as idéias que determinam a realidade. Pelo contrário, são as condições materiais da existência dos homens que determinam as suas consciências. Pela praxis, o homem tem a consciência das contradições de classes de uma determinada sociedade, e das relações de dominação entre elas. Na luta para perceber essas contradições e superar as relações de dominação reside a natureza do ato moral.

Os existencialismos ateus, como o de Sartre e Heidegger, afirmam que a única moral autêntica é a "moral da situação". O Homem, "condenado a ser livre", só realiza a sua moralidade autêntica no interior de uma situação determinada. Nenhum valor exterior ou transcendente a esta situação pode servir de norma para o seu comportamento ético. Seria roubar-lhe a liberdade. Na "situação" e só nela, deve ele buscar os elementos de sua escolha moral. Nessa escolha, solitária, ele se escolhe, bem como um projeto de humanidade.